

ABERTURA DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA MOBILIZA QUASE 2000 PESSOAS

Necessidade de construir um marco legal para o setor foi destacada por representantes de governo e da sociedade civil, durante solenidade de abertura.

POR DANIELA ALARCON



Foto: Cezar Valois

MESA DE ABERTURA DA II CONAES



Foto: Renato Alves

CONFERENCISTAS DURANTE A SOLENIDADE DE ABERTURA DA II CONAES

Celebrar os avanços e, ao mesmo tempo, discutir os caminhos da economia solidária no Brasil são os principais desafios da II Conferência Nacional de Economia Solidária, destacou Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, durante a solenidade de abertura, realizada na quarta-feira, 16 de junho, em Brasília.

A realização de conferências nacionais, destacou Singer, é uma forma de garantir a participação popular no governo capaz de superar as limitações da democracia participativa. Em sua avaliação, as conferências têm se revelado canais de aproximação efetiva entre governo e população, engendrando uma relação viva e cálida. Destacando o importante momento vivido pela economia solidária no Brasil, comemorou: “A II Conaes tem simplesmente o dobro da outra conferência, realizada em 2006”.

Sucedendo a saudação conduzida por Paul Singer, José Carlos Gadelha, representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária, enfatizou que a construção de um marco legal para o setor é fundamental para a continuidade do processo de transformação do país. Além disso, destacou a necessidade de descentralizar as políticas de economia solidária, ampliando seu alcance.

“Desde 2003, avançamos bastante, mas o Brasil tem condições de fazer muito mais”, avaliou Arildo Mota, representando os Empreendimentos Econômicos Solidários. Se, de um lado, lembrou de conquistas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – que garante a aquisição, pelas escolas, de produtos da agricultura familiar –, assinalou que ainda se está por criar um sistema público de economia solidária, que contemple o estabelecimento de um fundo público nacional.

Rosana Pontes, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, também fez um balanço da economia solidária, sob a perspectiva da mobilização social. Resgatando as principais bandeiras de luta, contextualizou a criação do Fórum, em 2003, como desdobramento da mobilização em defesa de outra organização do trabalho, iniciada em meio à crise e ao desemprego estrutural da década de 1980. “Na base, nós já realizamos economia solidária todos os dias”, disse ela. “Só queremos o reconhecimento do Estado.”

Marco legal

Debater economia solidária, observou Vicente Falqueto, Presidente do Instituto Marista de Solidariedade, é apresentar um projeto para o Brasil. “Acreditamos em pessoas que buscam o desenvolvimento social; queremos trabalhadores livres, autônomos.”

Jorge Streith, Presidente da Fundação Banco do Brasil, lembrou de ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, com apoio da Fundação. Entre elas, destacou o mapeamento de empreendimentos, o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), a realização de feiras e de atividades de capacitação para catadores de materiais recicláveis. Apesar de identificar avanços, assinalou: “O marco regulatório tem sido um gargalo muito forte para o crescimento do setor”.

Nesse cenário, observou Nilton Vasconcelos, Secretário Estadual de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, e Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Trabalho, a II Conaes tem por missão traçar o caminho a ser seguido pela economia solidária nos próximos anos. Segundo ele, é preciso garantir apoio efetivo aos empreendimentos solidários, “pois são eles a razão de existir deste movimento”.

Para o representante da Frente Parlamentar de Economia Solidária, o Deputado Federal Eudes Xavier, lutar pela economia solidária é fazer frente ao trabalho escravo e o trabalho alienante, em defesa de um trabalho criativo e transformador da natureza, que respeite as populações indígenas, quilombolas, o direito à orientação sexual, às mulheres e jovens, e cujo resultado seja apropriado coletivamente. O Deputado, relator do projeto de Finanças Solidárias apresentado pela Deputada Federal Luiza Erundina, concluiu sua fala enfatizando a urgência de um marco legal.

Reconhecimento

A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, fez votos de que a II Conaes consolide uma pauta de reivindicações capaz de continuar mobilizando o povo brasileiro. “Aqui se debatem as várias dimensões da vida em sociedade, para que cada território se desenvolva, no sentido amplo da palavra.”

Roosevelt Thomé de Souza Filho, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, saudou os presentes, destacou que os processos de geração e apropriação do conhecimento são capazes de transformar a realidade local.

Por sua vez, Gustavo Vidigal, representante do Ministério da Cultura, observou que mudar a forma como a sociedade brasileira entende a economia passa necessariamente por uma transformação cultural. Além disso, lembrou que muitos grupos artísticos já se organizam em cooperativas, e que a intersecção entre cultura e economia solidária vem recebendo cada vez mais atenção do MinC.

Os delegados da II Conaes, afirmou Gerson Luiz de Almeida Silva, Secretário de Articulação da Secretaria Geral da Presidência da República, têm a tarefa de realizar um balanço das iniciativas desenvolvidas até agora, bem como de organizar a pauta do setor para o próximo período. Destacando a realização, desde 2003, de 70 conferências nacionais, bem como a criação e reestruturação de diversos conselhos nacionais, o Secretário enfatizou a importância da II Conaes e seu potencial de incidir nas políticas públicas. “Nenhuma política pública realizada de 2003 pra cá virou as costas para as conferências”, concluiu. Encerrando a cerimônia de abertura, Paulo Roberto Pinto, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, e Ministro em exercício, enfatizou que a economia solidária deve ser garantida não como uma política deste governo, mas como política de Estado. “Queremos que a economia solidária seja vista e reconhecida por todos.”

DIREITO DE PRODUZIR E VIVER EM COOPERAÇÃO DE MANEIRA SUSTENTÁVEL É TEMA DE CONFERÊNCIA INAUGURAL

Painel apresentado por Ladislau Dowbor, Cristovam Buarque e Paul Singer iniciou os debates da II Conaes.

POR DANIELA ALARCON

Dando início aos debates da II Conferência Nacional de Economia Solidária, Ladislau Dowbor, Cristovam Buarque e Paul Singer apresentaram na manhã de quarta-feira, dia 16, a conferência inaugural “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”.

Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), provocou a platéia, apresentando os dez mandamentos bíblicos em “edição revista e atualizada”. Em sua fala, criticou os rumos de uma sociedade que permite que milhares de crianças morram anualmente em decorrência de causas evitáveis; em que o consumismo, a especulação financeira, o desemprego estrutural e os impedimentos ao direito à comunicação dão o tom.

São os dez mandamentos de Dowbor: 1. Não comprarás os representantes do



“Como sociedade, desejamos não somente sobreviver, mas viver com qualidade de vida, e por que não, com felicidade”

povo; 2. Não farás contas erradas [questionando o uso do PIB como principal medida do desenvolvimento de uma nação]; 3. Não reduzirás o próximo à miséria; 4. Não privarás ninguém do direito de ganhar o seu pão; 5. Não trabalharás mais de quarenta horas; 6. Não viverás para o dinheiro; 7. Não ganharás dinheiro com o dinheiro dos outros; 8. Não tributarás boas iniciativas; 9. Não privarás o próximo do direito ao conhecimento; e 10. Não controlarás a palavra do próximo.

“Como sociedade, desejamos não somente sobreviver, mas viver com qualidade de vida, e por que não, com felicidade”, enfatizou.

Sinônimos

“Vocês são os subversivos de hoje e querem dizer o óbvio”, comentou o Senador Cristovam Buarque, dirigindo-se aos delegados e delegadas da II Conaes. “A economia não deveria necessitar de ser dita ‘solidária’. Deveriam ser sinônimos. A economia surge de maneira solidária, quando dois seres humanos percebem que, juntos, podem melhorar a produção de ambos.”

Buarque lembrou ações de fortalecimento da economia solidária implementadas em sua gestão como governador do Distrito Federal, entre 1995 e 1999. Segundo ele, “o principal gesto que levará à economia solidária é a educação”. “O Brasil está mudando e ajudando a mudar o mundo.”

Economia de pleno emprego

Ao encerrar a abertura solene, o Secretário Nacional da Economia Solidária, Paul Singer, enfatizou a assimetria persistente entre as garantias constitucionais e o cenário vigente no campo da economia solidária. “Isto é muito triste: aquilo que reivindicamos em 2006 ainda tem que ser reivindicado hoje”, disse.

Remetendo ao lema da II Conaes, Singer observou que, ainda que não haja impedimentos legais para o desenvolvimento da economia solidária, “na prática, esse direito é negado à maioria dos pobres deste país”.

Singer lembrou que o desemprego cumpre uma função essencial para a sustentação do modo de produção capitalista, e observou: “O desemprego é o mais cruel castigo que um trabalhador pode sofrer. O que temos que fazer é construir uma economia que possa funcionar sem ter desemprego mínimo. Construir uma economia que possa viver com pleno emprego é o tema da Conaes, pois a economia solidária é, por princípio, de pleno emprego”.

RESULTADOS DA MARCHA NACIONAL PARA LEI DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

POR ASCOM DO FBES



Foto: Cezar Valois

Estratégia do FBES em apresentar o projeto de lei à Comissão de Legislação Participativa - CLP resultou em importante conquista: o compromisso dos parlamentares em realizar na Câmara dos Deputados um debate entre os candidatos à Presidência sobre o futuro da Economia Solidária no Brasil.

A marcha nacional realizada pelos delegados e delegadas da II CONAES, finalizou no Plenário III da Câmara dos Deputados, onde se debateu a Economia Solidária como aquela que aponta um outro projeto de Desenvolvimento para o Brasil. Na mesa de debate estava o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, representado por Daniel Tygel e Valdener Miranda, o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, o Presidente da Frente Parlamentar de Economia Solidária, Deputado Eudes Xavier (PT-CE) e o Presidente da CLP, Deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Segundo o Presidente da CLP, o Deputado Paulo Pimentel, a proposta de Projeto de Lei será ponto de pauta da Comissão, onde a sociedade civil é a autora do projeto. A CLP tem a especificidade de ser a única Comissão Legislativa em que uma

entidade da sociedade civil pode pedir apreciação de um PL. Outra conquista do Movimento de Economia Solidária é o compromisso da CLP ter a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), uma parceira histórica do movimento, como relatora do PL que cria a Política Nacional de Economia Solidária.

Para garantir o debate com a sociedade, os Deputados Eudes Xavier e Paulo Pimenta se comprometeram em financiar a reprodução da Cartilha da Economia Solidária junto com o texto do PL. Esta estratégia deve permitir que o FBES possa realizar um amplo debate sobre a lei no país. Os deputados e deputadas presentes fizeram sugestões no sentido de que a Economia Solidária seja transversal a outros temas e leis, permitindo seu fortalecimento. Os parlamentares presentes se colocaram à disposição para contribuir nesta articulação. Além disso, houve proposta da Frente Parlamentar convocar audiência com a CNBB para que também assumam a proposta do PL, aproveitando a Campanha da Fraternidade.

Calor da Marcha

“Economia é todo dia. A nossa vida não é mercadoria.” Grito de força da Marcha.

A marcha mobilizou mais de 1.500 delegados e delegadas, começou às 17h30h, saindo das tendas no gramado central da Esplanada dos Ministérios, onde está ocorrendo a II CONAES. O trajeto foi marcado pela manifestação das bandeiras de luta da Economia Solidária. A organização da caminhada foi um exemplo de autogestão, com a ausência de policiamento para organizar a marcha, o grupo se dividiu por estados e tirou uma comissão de segurança, que foi organizando o trânsito para a marcha seguir em frente.

SEGUNDO DIA DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

POR ANDRÉ FERREIRA

O segundo dia da II Conferência Nacional de Economia Solidária se iniciou com o Panel Integrador dos Eixos Temáticos, que foi coordenado por Ana Icaza, representante da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's e contou com a contribuição de Niro Barrios da Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, Fábio Sanchez da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e Sandra Praxedes da Rede de Gestores em Política Pública de Economia Solidária. Ao tratar do Eixo I, Niro Barrios fez um balanço dos avanços, limites e desafios da Economia Solidária, iniciando com um resgate da história do país desde 2002. Niro considerou que as conferências retratam a consolidação da democracia no nosso país e citou diversos programas do Governo Federal, como o Brasil Local, para afirmar os avanços das Políticas Públicas de Economia Solidária. Em consonância com as propostas trazidas pelas conferências realizadas em todo o país, o painelistas citou a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, a criação do Fundo de Financiamento e a constituição de um Ministério, como principais de-

safios para esta outra economia.

Representando a Secretaria Nacional de Economia solidária, Fábio Sanchez foi o expositor do Eixo II e versou sobre os direitos às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

Baseado na contribuição das conferências estaduais, Fábio Sanchez destacou a necessidade de implementação de formas jurídicas, tributárias e previdenciárias para possibilitar a formalização dos empreendimentos econômicos solidários, considerando a diversidade do universo do trabalho associado e do empreendedor coletivo.

O representante da SENAES fechou a sua apresentação fazendo uma importante observação acerca da necessidade de articular a Política de Economia Solidária com políticas para a juventude, cultura, meio ambiente e políticas sociais.

Para falar sobre a organização do Sistema Nacional de Economia Solidária, Sandra Praxedes fechou o painel com o Eixo III. Com muito entusiasmo, a painelistas afirma que este é o momento de construir um sistema capaz de estrutura e organizar as políticas nas três esferas de governo. Sandra ressalta que



CONFERENCISTAS VISITAM STANDS NO SEGUNDO DIA DE CONFERÊNCIA.

o sistema deva ser instituído por lei para garantir o direito ao trabalho associado, possibilitar a articulação das políticas voltadas a Economia Solidária e oportunizar a participação e o controle social. Pautada nas contribuições dos estados, a painelistas afirma que o Sistema Nacional de Economia Solidária deva ser composto pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, pelas conferências, administração pública e representantes da sociedade civil.

As exposições realizadas durante o Pannel Integrador dos Eixos Temáticos foram baseadas no Documento Base da conferência, que recebeu a contribuição das propostas construídas durante as 27 Conferências Estaduais.



CORES E SABORES DA II CONAES ENCANTAM VISITANTES

Estandes de artesanatos de todas as regiões do país deram graça ao evento que discute a formulação de políticas públicas para a economia solidária.

POR MONYKE CASTILHO

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (II Conaes) que aconteceu do dia 16 até dia 18, em Brasília, reuniu 1.600 delegados e 200 convidados de todo o país para discutirem e aprovarem propostas de fomento ao setor. Mas por trás dos debates e sugestões para a criação de políticas públicas, o evento também se destacou pelas belezas e sabores trazidos por expositores de todas as regiões brasileiras.

São pessoas como o índio Francisco Kokama, do Amazonas, que há dois anos integra efetivamente o modelo econômico solidário. “Na verdade a gente já praticava a economia solidária na nossa região sem saber, pois trocávamos produtos com as embarcações que passavam em frente à aldeia. Só que agora nós começamos a participar do Fórum Municipal de Economia Solidária, onde vários empreendimentos indígenas se uniram para mostrar os produtos”, explica. Artigos que ele trouxe para expor na II Conaes. São sementes, artesanatos feitos com reciclagem, peças confeccionadas com penas e até exclusividades como os produtos feitos em marchetaria. “Essa é a arte de incrustar madeira sobre madeira. A gente faz peças de decoração coloridas sem usar nenhuma tinta”, explica Francisco.

Porém, os produtos únicos não estão restritos aos estandes da região norte. Júlia Guedes, de Laguna (Santa Catarina), fez questão de mostrar a todos os visitantes as bonecas de porcelana em homenagem a Anita Garibaldi. “Ela é a nossa heroína e símbolo da nossa cidade. Então nós fizemos essas peças com escamas de peixe, casca de marisco e conchas do mar. Tudo o que o mar coloca para fora a gente recicla e faz artesanatos, como brincos de prata com escamas, anéis e broches com cascas de marisco”, diz.

Aproveitando o friozinho da estação, os expositores do sul também encantaram a todos com cachecóis, mantas e, claro, o tradicional chocolate caseiro. Essas e outras delícias, como os clássicos biscoitos de polvilho mineiro, potes de mel da região centro-oeste e tantas outras comidas regionais ajudaram a saciar a vontade dos que buscavam os sabores do Brasil.

Os gostos e cores nacionais deram alegria ao corredor central da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Estandes de todas as regiões foram capazes de encher de graça e descontração um ambiente sério em que políticas públicas estavam sendo construídas para fomentar e impulsionar a economia solidária no país. “Espaços como esses são importantes, também, pois nos ajudam a divulgar e comercializar o nosso trabalho sem precisar de atravessador. Aqui posso mostrar a todos a renda-filé, que é um artesanato de vestuário e de decoração típico alagoano, feito da mesma forma que a rede de pescar, só que com uma linha mais fina e 100% em algodão”, comemorou Solange Almeida, da Associação de Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita do município de Marechal Deodoro (Alagoas).

II CONAES TRAÇA NOVOS RUMOS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante a conferência, foi elaborado documento com propostas de políticas públicas que visam, entre outras coisas, o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias, a criação de um sistema nacional e de um Ministério da Economia Solidária

POR MONYKE CASTILHO

A criação do Ministério da Economia Solidária e de um Fundo Nacional para financiamento de políticas públicas e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários foram algumas das propostas aprovadas pela maioria dos 1.600 delegados conferencistas durante a II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada entre 16 a 18 de junho em Brasília.

Palco de debates e proposições de fomento para o setor, o evento reuniu representantes de todo o Brasil com o intuito de formular propostas de políticas públicas para a economia solidária. “Essa Conferência começou em fevereiro, quando se iniciaram as etapas territoriais/regionais e, posteriormente, as estaduais. Nós fomos construindo juntos um Documento Base, cuja aprovação nós estamos fazendo agora, levando em consideração todos os destaques e emendas aprovadas nas mini-plenárias da II Conaes. Agora, temos que trabalhar para transformar tudo isso que construímos em um instrumento efetivo de políticas públicas que ajudem a economia solidária a se realizar”, disse o secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, durante o encerramento do evento.

Entre as quase 200 propostas aprovadas, a maioria tem a intenção de fazer do modelo econômico solidário uma bandeira permanente do Estado. Neste contexto, foi unânime o apoio dado para que a Lei que cria o Marco Legal da Economia Solidária no país seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional.

Foram destaque ainda ações mais efetivas como a criação de um ministério específico, de um Fundo Nacional (instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária) e de um Sistema Nacional (responsável pela articulação

dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipais, estaduais e federal, promovendo a integração entre várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável).

Entre as ações e preocupações relacionadas a políticas públicas, os participantes destacaram a ampliação de acesso a crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos; o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito); a ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais; bem como solicitaram a atualização e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e funcionamento dos empreendimentos, considerando também os aspectos tributários e de acesso à seguridade social.

“Nós já conhecemos vários empreendimentos de economia solidária que hoje estão dando certo, onde nenhum desses trabalhadores tem o interesse de largar o seu empreendimento para buscar a carteira assinada. Isso porque eles estão convictos de que esse é o futuro da vida deles. O MTE deu um grande passo, em 2009, quando colocamos em cada Superintendência uma sementinha da economia solidária, agora temos que cultivá-la”, lembrou o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto Pinto, durante o encerramento do evento.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária foi responsável pela elaboração de um documento contendo todas as propostas de políticas públicas discutidas e aprovadas na etapa nacional. Agora, esse documento será entregue à Casa Civil para que as ações possam ser avaliadas e efetivamente implementadas.



Foto: guerrilhaig



Foto: guerrilhaig

ANEXOS

Nas próximas páginas acompanhe as entrevistas com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, fazendo uma avaliação sobre a II CONAES.

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Israel Singer

1 - Como o senhor avalia o processo da II CONAES a partir dos debates realizados nas etapas preparatórias e na etapa nacional?

Considero a II CONAES como um grande momento de conagraçamento e reflexão. A economia solidária foi convocada pela segunda vez pelo governo federal para se manifestar sobre o que cabe ao poder público fazer para que o direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável se torne uma probabilidade real para todos os brasileiros, em particular os que vivem em desvantagem. A I CONAES definiu em 2006 diretrizes para a formulação e execução de políticas públicas com este objetivo. Passados 4 anos, chegou o momento de fazer um balanço e definir um *SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA*, que possa institucionalizar as políticas que deram certo e retificar as que se revelaram falhas.

2 - A II CONAES foi precedida, além das conferências estaduais e territoriais, de conferências temáticas. Essas representaram uma nova etapa nesse processo. Qual a importância e quais os principais resultados das conferências temáticas?

As várias conferências temáticas tornaram-se necessárias em função do amadurecimento da economia solidária no Brasil, que passou a abranger os povos tradicionais, os egressos de manicômios, penitenciárias, instituições sócio-educativas, além de dependentes de drogas e outros brasileiros que são estigmatizados e por isso marginalizados econômica e socialmente. Houve ainda conferências temáticas que abordaram as finanças solidárias, o comércio justo e a formação, áreas em que as políticas públicas puderam contar com a parceria militante de numerosas entidades de fomento da economia solidária e empreendimentos de economia solidária. As conferências temáticas deram contribuições valiosas à II CONAES ao aprofundar a análise de algumas das principais políticas públicas que têm por alvo tornar possível que mesmo os mais desafortunados tenham o direito de produzir e viver em cooperação.

3 - A II CONAES realizou um balanço das políticas públicas de economia solidária no Governo Federal. Quais foram os principais elementos desse balanço?

A II CONAES reconheceu os avanços que ocorreram nas políticas públicas de economia solidária nos últimos anos, frutos de um processo de mobilização social e de várias iniciativas governamentais nas esferas federal, estadual e municipal. Com a criação da SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego foi possível a inclusão da economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal (2004/2007 e 2008/2011), por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com a destinação de recursos públicos do Orçamento Geral da União, além de outros programas do Governo Federal que apóiam a economia solidária. Com isso foram implantadas diversas ações de formação, de qualificação social e profissional, de incubação, de assessoramento técnico a Redes de Cooperação de EES e de promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades rurais e urbanas. No fomento à produção e comercialização solidárias, foram apoiados centenas de projetos, beneficiando milhares de trabalhadores(as), na criação e fortalecimento de Redes de Cooperação de produção, comercialização e consumo. No apoio ao desenvolvimento das Finanças Solidárias, destacam-se as iniciativas de apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que foram disseminados e multiplicados em todo o país, e foram executadas ações de apoio às organizações que operam com Fundos Rotativos Solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis. Ocorreu também a expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão como reconhecimento dos processos organizativos da economia solidária.

Apesar desses avanços, os participantes da II CONAES afirmaram que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real daqueles e daquelas que fazem a economia solidária no Brasil. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente limitada pelas normativas e a cultura institucional que favorece a fragmentação das políticas, o que dificulta o apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores inexistente.

Ao analisar essa situação, os/as delegados/as da II CONAES afirmaram que “para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores(as) às condições socialmente necessárias de produção, e como dever do Estado permanece como o principal desafio a ser enfrentado, debatido e construído nesta II Conferência Nacional”. É esse o rumo que devemos que continuar seguindo no Brasil.

4 - A II CONAES aprovou um conjunto de proposições para o reconhecimento e promoção do direito ao trabalho associado. Quais devem ser os desdobramentos da II CONAES para efetivação desses direitos?

Considerando as principais deliberações da II CONAES, temos alguns grandes desafios para o futuro próximo. O primeiro é avançar na institucionalização e na ampliação da Política Pública de Economia Solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado Brasileiro com base em Lei a ser debatida e deliberada no Congresso Nacional que viabilize as seguintes conquistas:

1. O reconhecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários com atualização, aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e funcionamento dos empreendimentos, considerando também os aspectos tributários e de acesso à seguridade social aos trabalhadores/as desses empreendimentos, como sujeitos de direito;
2. A ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais;
3. A ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito);
4. A ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária, incluindo a implantação do Sistema de Comércio Justo e Solidário, equipamentos de comercialização (centrais de comercialização, mercados solidários, feiras etc.) e a ampliação do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais nas áreas urbanas e rurais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
5. **Para dar suporte a essas iniciativas, deverá ser criado o Fundo Nacional de Economia Solidária como instrumento de financiamento das Políticas Públicas de Economia Solidária e para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.**

O segundo desafio é a criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal, promovendo a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável por meio do trabalho associado, da produção em cooperação, da justa distribuição da renda e do consumo consciente e responsável. Finalmente, para conduzir esse processo, a II CONAES apresentou o desafio de elevação política do órgão federal responsável pela Política Pública de Economia Solidária, criando o Ministério da Economia Solidária.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

1- Como o FBES avalia o processo da II CONAES a partir dos debates realizados nas etapas preparatórias e na etapa nacional?

Dado o pouco tempo que tínhamos para a Conferência, pode-se dizer que o resultado de todo o processo foi muito positivo. O principal problema que nós tivemos foi o intervalo que foi muito curto entre a chamada para a II CONAES, feita pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, e a realização da Nacional, com isso as etapas regionais e estaduais ficaram com um curto espaço de tempo. Em razão deste pouco tempo, houve um certo descompasso entre a metodologia adotada nas Conferências regionais e a que foi adotada nas Estaduais. Isto ficou refletido na dificuldade que se teve em muitas Conferências Estaduais em conseguir trabalhar entre o que veio das regiões e municípios e o que seria sistematizado para a nacional.

No mais, nossa avaliação geral foi positiva: a qualidade dos debates, a abertura e transparência que nós tivemos desde o início e a capacidade de envolvimento dos atores que hoje fazem Economia Solidária no Brasil.

Em relação a elementos de conteúdo, também avaliamos positivamente. Optar pelo tema do Direito ao Trabalho Associado e às formas coletivas de organização econômica baseada nos princípios da Economia Solidária foi uma decisão acertada do Conselho Nacional de Economia Solidária. Foi acertada porque amplia a questão para além dos termos ligados à Economia Solidária, e ataca uma questão de fundo que é o direito de cada cidadão e cidadã optarem por esta forma de organização: sem ser patrão, sem ser empregado. Iniciar o debate a partir daí, acarretou em novidades durante o processo. Esta decisão do Conselho evitou repetir o que houve na I CONAES, ou seja, além de ter feito um balanço, que seria necessário desde a primeira Conferência até a segunda, as propostas tiveram o caráter mais dirigido e orientado à construção de uma base legal, em termos de políticas públicas focadas para a consolidação deste direito. Outros resultados positivos estão na imensa riqueza do documento final, nós tivemos vários elementos novos que surgiram e que abrem portas para bons encaminhamentos daqui para frente.

2- A II CONAES foi precedida, além das conferências estaduais e territoriais, de conferências temáticas. Essas representaram uma nova etapa nesse processo. Qual a importância e quais os principais resultados das conferências temáticas?

Ainda na linha do que falamos anteriormente, em relação à necessidade de ampliação do debate sobre a Economia Solidária, as Conferências temáticas foram a grande novidade desta Conferência, realizadas à luz de outras Conferências que também optaram pela realização de Conferências Temáticas.

Desde o início julgamos que havia um certo risco na realização das conferências temáticas, já que isso poderia diminuir a legitimidade devido à capilaridade e quantidade de pessoas envolvidas que participariam das Conferências Estaduais e Territoriais. A Comissão Organizadora, da qual o FBES fez parte, conseguiu contornar este problema, garantindo que o documento base incorporasse diretamente as deliberações tomadas nas Conferências microrregionais e estaduais.

Infelizmente não foi possível acatar a nossa proposta de que as Conferências temáticas acontecessem antes das estaduais. Nossa ideia era garantir que os documentos teses das Conferências temáticas servissem de subsídios para os debates nos estados. Isso foi uma perda que nós só poderemos recuperar numa outra Conferência. Mesmo assim podemos dizer que a inclusão de Conferências Temáticas trouxe grandes avanços, claro que nas temáticas mais conhecidas houve um aproveitamento melhor, a partir dos acúmulos que já tínhamos no movimento de Economia Solidária e no Governo. Quando nos referimos aos temas já conhecidos são os de Formação e Assessoria Técnica, Finanças Solidárias, Comercialização Solidária e de Cooperativismo Solidário, temas que já temos acúmulos, o que permitiu a realização de um debate mais aprofundado, e da qualidade dos debates nos documentos temáticos.

Para além destes, a Conferência de Etno Desenvolvimento e de Cooperativismo Social trouxeram elementos importantes para o debate, ambas permitiram uma maior incidência destas temáticas nos debates realizados na Conferência Nacional, e tudo aconteceu muito tranquilamente nos três dias de Conferência. Podemos dizer que os cadernos temáticos serviram realmente de subsídios para os delegados e delegadas, tendo como elemento central, os documentos que vinham dos estados e municípios. De fato, as temáticas contribuíram para enriquecer os debates travados na etapa nacional.

Por outro lado, sentimos falta de outros temas caros à economia solidária, como por exemplo, a perspectiva de gênero, abordando a questão do direito à organização econômica das mulheres. Outro tema que sentimos falta foi o cruzamento das questões ambientais com a economia solidária, mediante as crises que estamos vivendo hoje.

Nós entendemos que as temáticas contribuíram para aprofundar e dar maior densidade às deliberações, essencialmente no capítulo 2 do documento base, onde foram tratados os temas relacionados aos grandes eixos de ação de uma política pública de Economia Solidária, que foram definidos como Formação e Assessoria Técnica, Finanças Solidárias e Comércio Justo e Solidário, além do quarto eixo que foi de comunicação e divulgação junto à sociedade.

Os debates nos estados também permitiram no documento base a construção de um novo elemento dentro do capítulo 2, que na nossa opinião abriu uma nova fronteira para o debate sobre economia solidária, que foi a sessão 2.4 do documento base. Este tópico tratou do desafio da articulação da economia solidária com outros temas de relevância para a sociedade, como juventude, meio ambiente, cultura, territorialidade, e outros. Durante o debate nacional, e graças também aos debates temáticos, surgiram outros temas: mulheres, povos indígenas, comunidades e povos tradicionais, quilombolas, temas estes que deram maior abertura para a articulação da economia solidária com questões importantes para a sociedade.

3- A II CONAES realizou um balanço das políticas públicas de economia solidária no Governo Federal. Quais foram os principais elementos desse balanço?

No capítulo primeiro do documento base discute-se o balanço geral, tanto da Economia Solidária como um todo, desde a última Conferência. Há uma sessão específica que trata dos acúmulos e desafios das políticas públicas de economia solidária no país. Eu acho que os principais elementos que nós podemos apontar são os avanços alcançados na construção de programas e ações de fortalecimento da Economia Solidária desde 2006. Podemos dizer que mais programas, mais ministérios têm assumido a Economia Solidária, também políticas setoriais têm assumido a economia solidária como estratégia.

Entretanto percebemos alguns limites que se destacam, a Economia Solidária não se consolidou como uma política pública de estado, ela continua marginal na estrutura do Governo, especialmente no que tange às políticas de desenvolvimento do país. A economia solidária ficou muito restrita à atividades pontuais, muitas vezes relacionadas principalmente às ações de cunho social e não enquanto políticas públicas estruturais.

Outro limite apontado foi a dificuldade de articulação entre os programas e ações em curso hoje e com isso foi apontado no documento base a importância e necessidade de que a economia solidária enquanto política pública seja alçada a um novo patamar. E neste sentido foi deliberado nesta II Conferência, que este patamar é o Ministério de Economia Solidária.

Houve avanços nas políticas públicas, elas se aperfeiçoaram, existem vários programas de qualidade que estão em andamen-

to, mas o orçamento é muito limitado, a articulação dos programas ainda é muito limitada, e em termos das prioridades e organização do Governo para as políticas de desenvolvimento, a economia solidária está completamente fora.

Outra coisa que a economia solidária está fora também é de políticas consistentes de financiamento aos empreendimentos de Economia Solidária no país. Estes são elementos que precisam ainda avançar, apesar dos que já foram apontados.

4- A II CONAES aprovou um conjunto de proposições para o reconhecimento e promoção do direito ao trabalho associado. Quais devem ser os desdobramentos da II CONAES para efetivação desses direitos?

Sobre os desdobramentos da II CONAES e a efetivação dos direitos que foram delimitados, é importante refletir esta questão em várias vias.

Algumas iniciativas já foram tomadas neste sentido, uma delas foi a caminhada organizada pelo FBES durante a Conferência, que apresentou ao Congresso Nacional a proposta de Projeto de Lei que cria o marco legal da Política Nacional de Economia Solidária. Esta ação surgiu antes mesmo do final da Conferência e podemos entender que já é um desdobramento para efetivação dos direitos. A caminhada dos/das 1800 delegados/as ao Congresso Nacional, e a atividade que se realizou na sequência, dentro do Congresso Nacional, acolhida e assumida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e pela Frente Parlamentar de Economia Solidária, contou com a presença da Coordenação Nacional do FBES representando o conjunto de delegados/as que esperavam do lado de fora do Congresso,

A apresentação desta proposta de PL lançou as bases para uma política de reconhecimento do direito ao trabalho associado e a organização de forma baseada na cooperação e na economia solidária. Esta ação nos permitiu abrir espaço para garantir uma maior visibilidade e debate na sociedade, além da tramitação deste projeto de autoria da sociedade civil pela CLP, e com o apoio dos deputados que fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.

Outra estratégia correlata a esta, é de nós da sociedade civil avançarmos na Campanha pelas Assinaturas, pelo Brasil em prol de um PL de iniciativa popular da Economia Solidária, que foi baseado e respaldado em grande parte pelos debates que foram feitos nesta II CONAES.

Outra ação que entendemos importante a ser realizada é que o Conselho Nacional de Economia Solidária faça uma revisão da proposta do PL. Uma revisão feita a partir das contribuições que vieram da II CONAES, para enriquecer e aperfeiçoar a proposta.

Uma questão que consideramos fundamental é que os comitês temáticos se apropriem dos cadernos e do documento como um todo para avançarem nas perspectivas de controle social e de garantia de maior articulação entre os programas e ações existentes de economia solidária hoje. Outra estratégia importante é buscar pautar os/as candidatos/as a deputados/as, senadores/as, governadores e a presidência da República sobre a economia solidária, o direito ao trabalho associado, a partir dos resultados da II CONAES. Essa é uma outra estratégia importante para buscar garantias dos desdobramentos.

Outra estratégia, é nos organizarmos para lutar pela inclusão de programas, de fundos e de recursos durante a construção do Plano Plurianual (PPA) em 2011, à partir dos resultados da II CONAES. Este será um momento estratégico que devemos nos organizar para colocar elementos que foram propostos no documento base, de modo a fortalecer e consolidar melhor os programas e políticas existentes.

Outra estratégia pelo lado da sociedade civil é buscar articular estas propostas que vêm da II CONAES com as bandeiras de luta de outros movimentos sociais, além de incorporar as bandeiras de lutas dos movimentos sociais às nossas bandeiras. Acreditamos que isso nos permitirá ampliar os debates em torno do tema, que para o movimento de economia solidária é central, que é o tipo de desenvolvimento que queremos, afirmando que não é o desenvolvimento em curso no país. Apostamos em outro desenvolvimento, focado em outros valores, pautado na vida e não no lucro.

Nós temos vários elementos para poder garantir os desdobramentos da II CONAES, que são importantes, além do PL da economia solidária. Por exemplo, temos um projeto que foi construído pelo Fórum junto com o FACES e o Governo, que é a proposta de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Precisamos fazer força que este projeto vire lei. Isto seria um elemento central para podermos avançar nas políticas de reconhecimento do que é um empreendimento e do que é um comércio diferenciado, não baseado no lucro e na exploração das/dos trabalhadoras/as, e sim baseado na cooperação e na organização de maneira justa ética e solidária.

Outro elemento importante que apareceu no documento base foi a necessidade de consolidar um sistema de finanças solidária que viesse casado com a necessidade de um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária, o PRONADES, à luz do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A proposta do PRONADES prevê linhas de financiamento direcionadas à fortalecer e dar condições de existência dos empreendimentos de economia solidária e os repasses de recursos são feitas de outra maneira, não pelo sistema bancário convencional, e sim através do Sistema de Finanças Solidárias, baseado nos nossos instrumentos que são os bancos comunitários, os fundos rotativos e as

cooperativas de crédito. Esse é um outro elemento concreto que nós temos no documento final desta II CONAES.

Outra questão importante é a necessidade urgente de aprovação da lei que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que está tramitando na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Também como elemento central está a aprovação urgente da alteração da Lei Geral de Cooperativas. Esta lei como está hoje, dificulta a organização de muitas cooperativas porque exigem um número mínimo de associados em 20, além de obrigar a filiação à uma única entidade de representação, que é a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Por isso é importante defender a liberdade de representação e a redução do número de associados, além da desburocratização da formalização.

Outro elemento também concreto que saiu do documento foi a necessidade de desburocratizar os processos de apoio aos empreendimentos de economia solidária, especialmente na sua existência, ou seja, no aspecto tributário. Neste caso defendemos a construção do super simples cooperativo, ou seja uma legislação que privilegie uma menor tributação dos empreendimentos de economia solidária, especialmente aquelas de pequeno porte. Outro elemento correlato é expandir uma política de compras governamentais para além dos alimentos como temos no PAA e no Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para também abranger outros setores econômicos, dando prioridade aos empreendimentos econômicos e solidários locais, por exemplo empreendimentos voltados para a produção de material de limpeza, infra estrutura, segurança, material didático e tantos outros.

Por fim outra questão necessária e importante pelo lado da sociedade civil para garantir a efetivação do que nós temos na II CONAES, é trabalhar para o fortalecimento do movimento de economia solidária em sua base, ou seja, os Fóruns locais, municipais, regionais e estaduais de Economia Solidária. Estes são espaços de articulação dos vários atores que hoje fazem economia solidária no Brasil e precisam cada vez mais serem fortalecidos e capilarizados, para poderem levar e manter a pauta da Economia Solidária junto à construção de políticas públicas e aos Conselhos Locais de Economia Solidária, garantindo assim, a efetivação do controle social.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

1 - Como A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária avalia o processo da II CONAES a partir dos debates realizados nas etapas preparatórias e na etapa nacional?

Quando se chegou ao slogan: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, já estava colocado para todos (as) os que constroem a Economia Solidária os desafios que as reflexões da IIª Conferência deveriam superar para consolidar propostas já afirmadas na Iª Conferência/2006 e apresentar novas propostas. Os temas propostos propiciaram um amplo debate, oportunizando em vários aspectos que fosse possível aprofundar algumas questões.

Nossa avaliação é que houveram avanços significativos desde a realização da Iª Conferência em 2006, com destaques para a organização, participação, mobilização, nas condições de viabilizar recursos em cada região deste País. De Norte a Sul foi possível presenciar milhares de pessoas mobilizadas, refletindo para que o debate e as contribuições fossem qualificadas e aprofundadas rumo a IIª Conferência Nacional.

É importante reconhecer o papel da metodologia e das condições materiais construídas pela Comissão Nacional e pelo empenho dos gestores locais, como as Prefeituras e Governos Estaduais nas etapas preparatórias regionais e estaduais. Os números falam bem do que foi e o que significou todo esse processo.

Foram realizadas **187** Conferências Regionais ou Territoriais abrangendo **2.894** municípios brasileiros, com **15.800** participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária. Essas conferências territoriais ou regionais elegeram democraticamente **4.440** delegados/as para as conferências estaduais, sendo **1.022** do poder público, **1.094** das organizações sociais e **2.324** de empreendimentos econômicos solidários. E para a etapa Nacional foram eleitos/as **1.460** delegados/as dos vários segmentos.

Essa mobilização inédita que o processo da Conferência propiciou nos permite dizer que as condições estão dadas para o necessário avanço de uma verdadeira democracia econômica. A culminância deste processo nos Estados e a abertura da II CONAES com a Marcha Nacional para apresentar o projeto de lei à Comissão de Legislação Participativa – CLP resultando assim, numa importante conquista: o compromisso dos parlamentares em realizar na Câmara dos Deputados um debate entre os candidatos à Presidência sobre o futuro da Economia Solidária no Brasil, tendo como principal desafio, o avanço ao reconhecimento do direito a outra economia que conduza a outro modelo de desenvolvimento.

Os debates nas Conferências mostraram a todos nós que apesar de muitos avanços, as Políticas Públicas existentes ainda são limitadas, insuficientes e aquém da necessidade real daqueles que fazem a Economia Solidária no Brasil, o que torna necessário e urgente seu reconhecimento pelo Estado na agenda de desenvolvimento do País. Reafirmada nas deliberações tanto das plenárias Regionais/Territoriais, Estaduais e na Conferência Nacional.

2 - A II CONAES foi precedida, além das conferências estaduais e territoriais, de conferências temáticas. Essas representaram uma nova etapa nesse processo. Qual a importância e quais os principais resultados das conferências temáticas?

Considerando a concepção da Política Pública de Economia Solidária como uma estratégia e política de desenvolvimento, e que, possui várias dimensões, além da econômica, social, cultural, política, educacional, tecnológica, ambiental, entre outras. Ela demanda ações transversais, que devem contemplar a grande diversidade dos sujeitos a serem inseridos, e inscreve-se assim, como uma política de direitos e democrática. Isso implica uma articulação de ações intragovernamentais, envolvendo as várias políticas setoriais e de direitos, bem como ações que integrem as responsabilidades dos três entes federados; articulação esta que pode ser presenciada na realização da Conferência.

A idéia das Conferências Temáticas, na avaliação da Rede, foi uma proposta que, além de estimular mais debates propostos no documento base, em alguns temas possibilitou espaços para um olhar mais específico envolvendo os diversos atores.

As conferências temáticas tiveram importante papel no processo de mobilização e de aprofundamento das Bandeiras do Movimento de Economia Solidária, destacamos como uma das principais proposições, a democratização e a acessibilidade ao crédito pelos empreendimentos solidários por meio da consolidação e ampliação da presença de uma vasta rede das organizações pelo país, ou seja, a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco regulatório apropriado, que trate das questões tributárias, da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros”.

Destacamos que a conferência de Finanças Solidária foi importante também para definições e redefinições tais como: a Natureza Singular das práticas de Finanças Solidárias, o modo de operar, o seu objetivo e a sua sustentabilidade, além de discutir suas prioridades e avanços. Outros temas importantes também foram debatidos, como: o reconhecimento do papel do Estado, o Fomento e a Promoção, além de Fonte e Financiamento.

Todo, esse debate, resulta e amplia a responsabilidade, cada vez crescentes dos gestores públicos na luta em transformar as Políticas de Governo - já existentes - em Políticas de Estado, tarefa fundamental para o avanço das bandeiras do Movimento.

Pena, que por motivos de força maior, não foi possível realizarmos mais, todo o esforço e tentativa para viabilizar a Conferência Temática de Cultura e Políticas Públicas de Economia Solidária. Temática que debateria sobre as Políticas Públicas, acabou não se consolidando no período da Conferência. Mesmo assim, por ter sido a primeira experiência, entendemos que é um processo que pode ser aperfeiçoado e incorporado nas próximas conferências, contribuindo para ampliação e enriquecimento do debate.

3 - A II CONAES realizou um balanço das políticas públicas de economia solidária no Governo Federal. Quais foram os principais elementos desse balanço?

Nos últimos anos temos presenciado grande avanço na organização da Economia Solidária e conseqüentemente observado a ampliação na implementação de ações de Políticas Públicas de fomento a Economia Solidária. Ampliou-se a adesão às forma de organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão.

Salto de qualidade organizativa que se consolidou com a criação do FBES em 2003, formação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, também fruto de um processo de mobilização social e de experiências que já vinham ocorrendo de Políticas Públicas nos municípios e estados foi criada em 2003 pelo Governo Federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES. Em junho de 2006 realizamos a Iª Conferência e na seqüência avançamos com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

I Conferência Nacional teve como foco o debate de políticas públicas considerando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. Há uma constatação que muitas coisas avançaram, sobretudo, no campo da institucionalidade. São inúmeras as Leis de apoio, fomento, e Conselhos Municipais e Estaduais, Orçamentos, inclusive com criação de Fundos para financiamento, e Instrumentos, dentre outros.

Instrumentos como apoio a formação, qualificação social – fomento a produção e comercialização – apoio ao desenvolvimento das Finanças Solidárias, tem sido significativos na constituição, organização, estruturação e processo de educação formal, de formação e capacitação no entendimento conceitual de economia solidária, assim como na apropriação de instrumentos de gestão e tecnológicos, utilizando-se de parceiros que constroem a economia solidária no país.

No campo da Institucionalização – participamos ativamente das discussões referente as Leis das Cooperativas de Trabalho, Lei Geral do Cooperativismo, Cooperativismo Social, Inclusão das Cooperativas na parte tributária do super simples, resíduos sólidos. Por último, este processo todo nos levou a um amadurecimento para proposição da Lei da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária.

Somado a este processo avançamos no diálogo com a sociedade com a oportunidade de através da Campanha da Fraternidade com lema: “*Economia e Vida*” refletir e dialogar com a sociedade em geral. 2010 ainda nos desafia com o processo eleitoral para os governos estaduais e governo Federal. Neste processo será de fundamental importância apresentarmos as deliberações das Conferências incluindo nos programas de governo buscando garantir fortalecimento e ampliação do Projeto da Economia Solidária.

Destacamos algumas das questões do processo de avanços na construção da Economia Solidária nos últimos anos para destacar a importância e o significado da realização da IIª Conferência Nacional em 2010. Significou reafirmar a importância e relevância que a Economia Solidária tem ocupado na sociedade brasileira.

4 - A II CONAES aprovou um conjunto de proposições para o reconhecimento e promoção do direito ao trabalho associado. Quais devem ser os desdobramentos da II CONAES para efetivarão desses direitos?

A Conferência reafirmou que Economia Solidária não pode ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, seu desafio é o de Projetar-se como modelo de Desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuras.

Faz necessário avançar na Institucionalização da Política – expandir – ampliar a interação com outros órgãos do Governo Federal; De Política de Governo para Política de Estado. Criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, criar mecanismos de financiamento e integração das Políticas adequados a realidade dos EES, promover o reconhecimento e a garantia do direito ao trabalho associado,

A IIª Conferência mais uma vez aponta a necessidade de uma Política de Ações Articuladas com as Organizações da Sociedade Civil: a própria construção da Política Pública de Economia Solidária, parte do movimento social da Economia Solidária, que diante do acúmulo de suas experiências, a compreendem como um avanço importante e necessário, que esteja integrando a agenda de um Estado Republicano e Democrático. Para tanto, é fundamental nesse processo a articulação com a sociedade civil, sejam as representações de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, sejam as entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, que fazem parte desse processo histórico de luta, que possuem conhecimento e prática, que vivenciam limites e se propõem a enfrentar os desafios na implementação da Política Pública de Economia Solidária; Política propositiva de Processos de Organização e Desenvolvimento: na caracterização dos sujeitos dessa política pública, prioritariamente estão aqueles em situação de maior vulnerabilidade social que, em decorrência de todo contexto histórico vivenciado.

O lugar institucional da política pública de economia solidária estrategicamente ideal é o espaço em que se realiza a política de desenvolvimento, a Rede de Gestores entende a política pública em economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento; pondera, também, que essa política está em construção e, como tal, está em disputa com outras ações do Estado. No âmbito Federal a IIª Conferência aponta o lugar institucional e delibera pela criação de um Ministério da Economia Solidária. Seja ele qual for o espaço de atuação da política pública de economia solidária deverá compor com a realidade institucional dos entes federados; hoje encontramos programas de economia solidária em Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em Secretarias de Assistência Social, em Secretarias de Governo, em Secretarias de Saúde, entre outras que ainda possam sediar programas dessa natureza.

Os instrumentos para aplicação da política pública em economia solidária requerem um comprometimento do Estado, inclusive direcionando o poder de compra do Estado, que sempre esteve voltado para um público seletivo, oportunizando acesso para os empreendimentos da economia solidária.

Para que isso aconteça, será necessário rever os já existentes e propor a definição de marcos legais específicos que possibilitem aos empreendimentos de economia solidária fornecer bens e serviços ao Estado. Uma das ações inseridas nessa estratégia é a necessidade de alteração da Lei 8.666, a Lei das licitações.

Evidentemente que a multiplicação de ações públicas nesta linha proposta provocará um aumento da importância social e econômica deste novo agente e implicará, seguramente, uma reação dos setores que estarão perdendo espaço econômico.

Para os empreendimentos solidários em formação, com participação de sujeitos com baixa escolaridade e precário conhecimento tecnológico e de gestão, o financiamento tem acontecido pelas Secretarias envolvidas no fomento ao programa, com

a participação de transferências federais através de Ministérios como MTE, MDS, MDA e bancos públicos como BNDES e Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil. Não existe uma definição de Estado como ocorre com o SUS e SUAS, em que os recursos são definidos e alocados em fundos específicos. Trata-se de uma política de disputa por fundos, ou via projetos de financiamento, A Conferência consolidou a necessidade de avanços na definição de marco legal e de financiamento para a economia solidária nas três esferas de governo, enfatizando a criação do Fundo Nacional para Economia Solidária com criação de linhas de crédito apropriadas e específicas e a criação de canais de acesso dos empreendimentos de economia solidária às compras públicas. Os investimentos ainda são insuficientes fazendo com que os EES sofram com a limitação de recursos financeiros e de infra-estrutura.

Considerando estes e outros aspectos, nossa luta é para que a Economia Solidária se constitua protagonista de uma proposta efetiva de desenvolvimento sustentável para o País.

A IIª. Conferência deliberou: avançar no reconhecimento do direito a outra economia que conduza a outro modelo de desenvolvimento. Este direito será uma conquista dos sujeitos políticos que constroem a ecosol no Brasil e que reivindicam o reconhecimento do estado brasileiro na forma de instrumentos efetivos de políticas públicas com participação e controle social. Cabe ao Estado Brasileiro e a todos nós colocá-las em prática.